



POLÍTICA ECONÔMICA

Estudo mostra como a exportação influi na taxa de crescimento

por Cíntia Sasse
de Brasília

A taxa de crescimento da economia brasileira nos próximos anos dependerá dos avanços nas exportações ou, então, da manutenção de saldos comerciais favoráveis. Essa conclusão tem sido extraída dos trabalhos realizados por economistas do governo. E deverá orientar o planejamento econômico até o final da atual gestão.

Um dos principais assessores do ministro Delfim Netto chega a ser taxativo. "O crescimento está atrelado à capacidade brasileira de expandir as suas exportações", diz José Augusto Savasini, superintendente do IPEA, órgão máximo no assessoramento econômico do Ministério do Planejamento.

Três simulações foram feitas recentemente por economistas ligados a Savasini. E todas conduziram ao mesmo desfecho: é preciso acompanhar pelo menos a média histórica de crescimento das exportações para garantir as condições de solvência e liquidez externa do País até o final da década.

A terceira simulação foi feita pelo professor Carlos von Doellinger.

Ela procura mostrar que o Brasil precisaria fazer crescer as suas vendas externas a uma taxa média nominal de 16,6% ao ano. Seria, na prática, reproduzir de perto a evolução média do período pós-crise do petróleo (dos anos de 1974 a 1980), de 16,8%. As importações teriam de evoluir a taxas de 13,4%, guardando uma diferença de três pontos de porcentagem abaixo do nível de crescimento das exportações.

ESTABILIDADE

Esses parâmetros para

as contas comerciais embutem uma evolução real do Produto Interno Bruto de 5% ao ano, abaixo, portanto, da taxa histórica de 7%, mas idêntica à esperada pelas autoridades econômicas neste exercício. Essa estimativa mais conservadora de crescimento da economia para os próximos anos indica um nível considerado como "imprescindível à estabilidade econômica e social do País, diante do crescimento da força de trabalho, da ordem de 3 a 3,5% ao ano".

Todos esses números foram apresentados por Doellinger, que é coordenador geral de planejamento do IPEA, no seminário "Brasil na Economia Mundial", promovido pela Universidade Internacional da Flórida em conjunto com a Fundação do Comércio Exterior (Funcex), no início deste mês, em Miami.

Doellinger participa do seminário como professor licenciado da Fundação Getúlio Vargas e da PUC do Rio de Janeiro. Os resultados de seu trabalho, todavia, deverão ser absorvidos pela comissão permanente de avaliação da Seplan, uma espécie de assessoria direta ao ministro Delfim Netto para auxiliá-lo na parte de planejamento econômico de médio e longo prazos.

ANÁLISE

O período analisado vai de 1982 a 1990, tomando como base inicial os números efetivos das contas comerciais, reservas internacionais, dívida externa e o serviço da dívida no ano passado. Os principais cálculos avaliam os efeitos das exportações e dos juros internacionais sobre o endividamento externo do País até o final da década. Os resultados procuram mostrar que a economia brasi-



Carlos von Doellinger

leira seria mais sensível ao comportamento da balança comercial do que à variação dos juros internacionais.

Por esses cálculos, o Brasil enfrentaria situações desastrosas para o seu balanço de pagamentos, se as exportações apenas acompanhassem o crescimento do comércio internacional, a um nível de 11,2% nominais ou 3% reais. Ou, ainda, se elas se estagnassem no patamar da inflação média mundial projetada para o período, de 8%.

Nesses dois casos, o País estaria praticamente insolvente ao final da década. O serviço da dívida representaria 113,9% das exportações brasileiras em 1990, se elas apenas acompanhassem a evolução do comércio internacional. E essa proporção subiria para 180,1% se ficassem estagnadas ao nível da inflação mundial.

O IDEAL

O desejável, segundo Doellinger, é que o serviço da dívida corresponda a menos da metade das exportações. Deste modo, a situação verificada no ano passado, quando o serviço da dívida foi equivalente a 65% das exportações, já identificaria uma relação desfavorável.

Somente um aumento nominal das exportações de 16,6%, ou de 8% reais, poderia melhorar a correspondência com o serviço da dívida externa. Em 1985, ela seria de 57,7% das vendas externas brasileiras, baixando para 41,5% em 1990. Na hipótese de acompanhar a mesma taxa de crescimento das importações (de 13,4%), o País chegaria a uma situação delicada ao final da década. O serviço da dívida comprometeria 79,4% das exportações brasileiras.

Em todas essas hipóteses foi considerada uma taxa média dos juros internacionais de 14% ao ano. As condições de solvência e liquidez externa do País, contudo, não chegariam a ficar difíceis, se os juros internacionais ultrapassassem esse nível básico.

Considerando as taxas recomendáveis de crescimento das exportações e das importações, o trabalho, em sua vertente que

trata do custo do dinheiro, formula quatro hipóteses, incluindo a de juros médios de 14%.

HIPÓTESES

A primeira, de uma taxa média de 13%, faria com que o serviço da dívida representasse 54,1% das exportações em 1985 e apenas 36,7% em 1990. A segunda, evidentemente, repete os dados obtidos na simulação básica para as exportações: 57,7% em 1985 e 41,5% em 1990. Na terceira alternativa, de uma elevação dos juros para 15% em média no período, o serviço da dívida corresponderia a 61,5% das exportações em 1985 e a 46,7% em 1990. A pior hipótese, de juros médios de 16% — apenas meio ponto de porcentagem abaixo da taxa, calculada na projeção do balanço de pagamentos deste ano —, não significaria também maiores transtornos. O serviço da dívida equivaleria a 65,3% das exportações em 1985 e a 52,5% em 1990.

A simulação básica do trabalho demonstra que, se for mantida a evolução das exportações em nível compatível com a média histórica do período posterior à primeira crise do petróleo (pós-1974), o País conseguirá equacionar a sua dívida externa a partir de 1986. O peso da dívida sobre o PIB será menor, caindo nos quatro anos finais da década, de 23,4% em 1986 para 18,3% do produto em 1990. Para tanto, o trabalho recomenda "a necessidade urgente de aprimoramento da política de promoção das exportações".